



A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Laura Senna Ferreira¹

Resumo: No presente artigo analisam-se os principais aspectos da Sociologia de Florestan Fernandes, no que concerne ao problema do preconceito racial na sociedade brasileira. Procura-se indicar a dimensão histórica das representações racistas, vinculando-as às especificidades da modernidade no Brasil. Busca-se destacar as contribuições do referido clássico da Sociologia, no que diz respeito às propostas de políticas afirmativas para negros e à questão da superação do racismo como condição para a consolidação da democracia brasileira.

Palavras-chave: Racismo; Florestan Fernandes; democracia; políticas afirmativas.

THE CONTRIBUTION OF FLORESTAN FERNANDES'S SOCIOLOGY FOR THE UNDERSTANDING OF THE RACIAL QUESTION IN BRAZIL

Abstract: In this article are analyzed the main aspects of the Florestan Fernandes's Sociology, regarding the issue of racial prejudice in Brazilian society. It seeks to indicate the historical dimension of racist representations, linking it to the specificities of modernity in Brazil. The aim is to highlight the contributions of this classic of sociology, with respect to the proposed affirmative action for blacks and the issue of overcoming racism as a condition for the consolidation of Brazilian democracy.

Key-words: Racism; Florestan Fernandes; democracy; Affirmative policies.

LA CONTRIBUTION DE LA SOCIOLOGIE DE FLORESTAN FERNANDES POUR COMPRENDRE DE LA QUESTION RACIALE AU BRÉSIL

Résumé: Cet article analyse les principaux aspects de la sociologie de Florestan Fernandes, dans l'aspect le problème des préjugés raciaux dans la société brésilienne. On cherche indiquer la dimension historique des représentations racistes, qui les relie aux spécificités de la modernité au Brésil. Nous cherchons à mettre en évidence la contribution de ce classique de la sociologie en ce qui concerne les propositions de politiques positives aux

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG); Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEl); Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: laurasennafe@hotmail.com



noirs et la question du dépassement de racisme comme condition pour la consolidation de la démocratie brésilienne.

Mots clés: Racisme; Florestan Fernandes; Démocratie; Politiques affirmatifs.

LA CONTRIBUCION DE LA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES PARA LA COMPRENSION DE LA CUESTION RACIAL EN BRASIL

Resumen: En el presente artículo analizan los principales aspectos de la Sociología de Florestan Fernandes, en que concierne al problema del prejuicio racial en la sociedad brasileña. Se procura indicar la dimensión histórica de las representaciones racistas, se vinculan a las especificidades de la modernidad en Brasil. Buscase destacar las contribuciones del referido clásico de la Sociología, en relación a las propuestas de políticas afirmativas para negros y la cuestión de la superación del racismo como condición para la consolidación da la democracia brasileña.

Palabras clave. Racismo; Florestan Fernandes; Democracia; Políticas Afirmativas.

INTRODUÇÃO

A análise do mercado de trabalho brasileiro, a partir da ótica das questões raciais, demonstra que a inserção dos negros tem sido historicamente acompanhada de segregação e discriminação social. Os estudos sociológicos sobre o tema, não raro, consideram que os estereótipos definidos a partir da cor reproduzem-se no mercado de trabalho e expressam a divisão social das tarefas e ocupações associadas a grupos raciais distintos.

A parcela de negros inseridos nas ocupações mais precárias, de menor status e de remuneração inferior, é comumente superior àquela registrada para os brancos, e são eles que detêm as maiores taxas de desemprego. As “marcas da cor” ainda constituem mecanismos de seleção social e, no mundo do trabalho, marcam a inserção ocupacional desses trabalhadores.²

Neste artigo, pretende-se tratar de alguns dos aspectos que dizem respeito à gênese do referido processo discriminatório na sociedade brasileira. Em um primeiro momento, tendo por base a obra de Florestan Fernandes, procura-se refletir sobre a existência do racismo enquanto vinculado, originalmente, à mercantilização escravista no Brasil. A

² Sobre esse debate Cf. Biderman; Guimarães (2002).



seguir, considera-se o prejuízo analítico, identificado em alguns autores, resultante da amnésia acerca da gênese histórica do racismo brasileiro. Por fim, analisa-se a importância de Fernandes enquanto um dos pioneiros da crítica acadêmica do mito da democracia racial, bem como suas considerações sobre a superação da questão racial como condição para a constituição da democracia brasileira.

HISTORICIZANDO O RACISMO DO PONTO DE VISTA DA OBRA DE FLORESTAN FERNANDES

Na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classe*, Fernandes (1965) analisa o fim do regime escravista e a formação da ordem social competitiva na sociedade brasileira. Nesse estudo, o objetivo do autor é demonstrar de que maneira o negro foi, no período imediatamente posterior à abolição da escravidão, excluído das relações de produção. Além disso, analisa de que forma, no momento seguinte, mesmo após sua inserção no mercado de trabalho, o “preconceito de cor” manteve-se em conformidade com os padrões de ajustamento raciais da sociedade colonial.

No Brasil, segundo o sociólogo, houve um acatamento aparente ao tratamento igualitário do negro e ao novo regime democrático. Com efeito, o “mito da democracia racial” ofereceu uma justificativa que legitimou a indiferença dos círculos dirigentes diante do destino dos homens e mulheres de cor.³ Por conseguinte, a discussão indesejável sobre as questões raciais vetou a tomada de consciência e a própria intervenção na realidade.

Mesmo após a constituição da sociedade de classe, as mentalidades e os comportamentos que regulavam as relações raciais permaneceram idênticos ao da ordem escravistas. Em larga medida a cor se ergueu para os negros como barreira, tornando-se referência de inferioridade. Em decorrência de um mecanismo que Fernandes define como “demora cultural”, a cor, enquanto “marca” social, passou a ser um elemento de distinção, classificação e exclusão.

Por “demora cultural” define-se a coexistência e interdependência de tempos históricos desiguais. A convivência entre o “ultramoderno” e o “ultra-arcaico” são fundamentais para o aparecimento do Brasil moderno. Conforme Fernandes (1963, p. 138),

³ A obra de Gilberto Freyre é considerada uma das principais fontes de construção do “mito da democracia racial” brasileira. Cf. Freyre (2006).



“o dilema número um da sociedade brasileira hodierna é a demora cultural... existe uma resistência intensa à mudança, a qual se torna sociopática nos círculos conservantistas do país”.

Do ponto de vista da questão racial, o autor considera que os avanços em direção a uma ordem efetivamente democrática são obstaculizados pelas peculiaridades da Revolução Burguesa no Brasil. As frações burguesas do país, desde sua emergência, foram incapazes de levar adiante uma “revolução dentro da ordem”, perdendo, dessa maneira, o sentido do seu próprio papel histórico no que tange a promover reformas de natureza republicana e democrática.

Dessa forma, no que diz respeito à questão racial, ao manter o negro em uma condição servil e, em seguida, ao discriminá-los na ordem competitiva, a burguesia contrariou os preceitos liberais mais elementares, ferindo, assim, o nosso “foro de povo civilizado”, bem como a sua capacidade de agir de forma revolucionária.

Por razões como essas, no Brasil, não se configurou “a existência de uma ‘burguesia’ plenamente integrada e consciente do seu destino histórico, que pudesse afirmar-se como portadora de uma consciência especificamente revolucionária” (Fernandes, 2006, p. 220).

Essa incapacidade de levar adiante as reformas liberais se constituiu, desde sua gênese, no que viria a ser a pedra de toque da democracia brasileira:

A relação senhor-escravo e a dominação senhoril minaram, pois, as próprias bases psicológicas da vida moral e política, tornando muito difícil e muito precária a individualização social da pessoa ou a transformação do “indivíduo”, da “vontade individual” e da “liberdade pessoal” em fundamentos psico e sociodinâmicos da vida em sociedade (Fernandes, 2006, p. 197).

Conforme Fernandes (1965), considerando o caso brasileiro, as relações sociais não se alteram no mesmo ritmo das mudanças objetivas da sociedade, pois conserva-se o *status quo*, entre outros, na questão racial. Mesmo quando a sociedade de classe se converte em um sistema social aberto ao negro e esse é incorporado ao mercado de trabalho, na grande maioria das vezes, lhe são destinadas as ocupações mais precárias e inferiores. De modo geral, no referido contexto, as posições de poder continuaram vetadas aos ex-escravos e aos seus descendentes e, quase nada, se alterou na concentração racial da renda e do prestígio



social. Devido a isso, a cor continuou a operar como “marca” e como símbolo de inferioridade social.

Mesmo quando se atenua o paralelismo entre cor e posição social subalterna, quer dizer, quando o negro surge como parte da classe média ou dos ricos, o “preconceito de cor” não é anulado, pois, de fato, ocorre uma mobilidade social com persistência da desigualdade racial.

De acordo com Fernandes, a vontade de “pertencer ao sistema”, muitas vezes, levou os próprios negros a negligenciar as questões raciais e a estabelecer uma convivência tácita com a “raça dominante”, o que representou, também da parte deles, uma tentativa de anular os conflitos, deixando de trazer à tona as fragilidades do “mito da democracia racial”. Nas palavras do autor: “o empenho de pertencer ao sistema confinou o horizonte cultural do negro e do mulato, concentrando suas ambições e aspirações sociais” (Fernandes, 1965, p. 338).

Fernandes (1965) procura abordar a constituição do regime de classes sociais no Brasil a partir do ângulo das relações raciais. A fim de demonstrar os eventos que construíram as representações racistas, o autor analisa, empiricamente, o caso de São Paulo, onde a Revolução Burguesa ocorreu com maior vitalidade.

No centro da sua análise está a desagregação do regime servil, a expulsão dos negros das relações de produção e a sua paulatina revalorização pelo trabalho livre. O argumento essencial do autor versa sobre a constatação de que a reorganização da sociedade não afetou padrões pré-estabelecidos de concentração racial da renda, prestígio social e poder, o que significa que a liberdade alcançada pelo negro não produziu dividendos econômicos, sociais e nem culturais.

Em termos teóricos e metodológicos Fernandes procura evidenciar, sociologicamente, na constituição da sociedade brasileira, a coexistência social de formações tradicionais e modernas, quer dizer, a convivência das velhas e novas configurações sociais, numa análise, fundamentalmente, inspirada na definição de “história de larga duração” do historiador Braudel (2005).

Para Fernandes, no caso brasileiro, bem como no de outros países periféricos, as estruturas coloniais se fixaram no capitalismo emergente. Dessa maneira, a escravidão tornou-se pré-requisito da eclosão capitalista, que ocorreu tanto na nação brasileira que se



emancipava, quanto nos países centrais no momento de consolidação do capitalismo comercial.

Na sua visão, essa questão serve de base para afirmação de que, no Brasil, há uma “tradição de pseudo-reforma e pseudo-revolução”. A escravidão, que era o elemento central da sociedade colonial e senhorial, foi, nos trópicos, a condição para formação da ordem capitalista e moderna. Em outras palavras, o trabalho escravo serviu de fonte de acumulação originária de recursos, posto que gerou os excedentes econômicos transferidos para as cidades e para os novos setores urbanos, comerciais e industriais.

Fernandes (1977) procura explicar que, ao mesmo tempo em que o escravo era uma mercadoria, servia como elemento dinâmico da acumulação do capitalismo mercantil. A escravidão tem uma conexão direta com o capitalismo comercial na Europa ligado à exploração colonial e, no Brasil, foi a base para revitalização da grande lavoura e perpetuação das estruturas de produção coloniais.

O autor lembra que, mesmo depois da emancipação nacional, ocorreu uma continuidade da economia colonial, que se consolidou no ciclo do café, sem o qual, muito possivelmente, não teria se desenvolvido o capitalismo comercial, o que equivale a dizer que “sem o trabalho escravo, não teríamos a revolução urbano-comercial que é típica da evolução da economia brasileira ao longo do século XIX” (Fernandes, 1977, p. 23).

Nesse sentido, Fernandes afirma que, no nível econômico, poucas foram as mudanças que vieram com a emancipação nacional do Brasil e com a formação da ordem capitalista comercial. Contrariamente, na nova ordem, a produção escravista foi mantida como a base material do sistema:

o Estado-nação em emergência teria de constituir-se sobre essa base material, que fazia da escravidão mercantil a fonte da viabilidade econômica e política das novas estruturas sociais e políticas, que iriam surgir nas cidades, nas relações dos estamentos senhoriais dominantes entre si e com os outros setores da sociedade e da comunidade nacional em elaboração (Fernandes, 1977, p. 26)

Na interpretação de Fernandes é apenas a parte política do antigo sistema que entrou em colapso, de modo que o mesmo não ocorreu com o seu eixo econômico, o que acabou por trazer benefícios para a “aristocracia agrária” que, com a emancipação nacional, deixou de sofrer o peso da “espoliação colonial”. Assim, essa aristocracia passou a contar com todas as vantagens da “espoliação escravista” que, a partir de então, dinamizou a expansão



interna do capitalismo comercial, de forma semelhante ao papel que havia desempenhado no capitalismo europeu.

A preocupação de Fernandes (1977) é desvendar de que forma a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão foi posta a serviço da revolução burguesa brasileira. Ao restringir os ritmos da descolonização, a escravidão condicionou a permanência das estruturas sociais coloniais. Permitiu, ainda, que essas formações adquirissem maiores potencialidades e produzissem expressivos excedentes econômicos para a consolidação burguesa.

Sob essas circunstâncias, no momento de crise econômica final da ordem escravista, a “vítima” maior foi o negro, pois “onde teve de competir com o trabalhador branco, especialmente o imigrante, viu-se refugiado e repellido para os porões, os cortiços e a anomia social crônica” (Fernandes, 1977, p. 46).

De forma sucinta, a análise considerada até aqui, traduz a maneira pela qual Fernandes construiu uma história da gênese da “questão racial” no Brasil. É a partir desse “diagnóstico” que, como será observado a seguir, o autor propõe uma perspectiva de intervenção política.

A PREOCUPAÇÃO POLÍTICA COM A QUESTÃO RACIAL

A partir dos seus estudos sociológicos, Fernandes acaba por se posicionar frente ao problema da população negra, considerando que o mesmo requer uma preocupação com as políticas de “integração racial”.

Ele afirma que as desigualdades raciais dificilmente serão corrigidas pelo simples automatismo da “competição espontânea”. Por conseguinte, reivindica a necessidade de uma ação coletiva do “homem de cor” para por fim ao preconceito, considerando essa questão como condição para formação de uma verdadeira democracia no Brasil.

Entendidas dessa forma, as relações raciais não são neutralizadas e nem desaparecem por de trás das relações de classes, posto que há uma “obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial” (Fernandes, 1965, p. 391), que exige um olhar específico para as questões da cor como marca social.



Para Fernandes, a ação coletiva do homem de cor também precisa envolver os brancos. Ele compreende que a “política de integração racial” é um dos poucos caminhos plausíveis, em uma sociedade ainda capitalista, para a redução dessas desigualdades, posto que:

enquanto não alcançarmos esse objetivo, não teremos uma democracia racial e, tampouco, uma democracia. Por um paradoxo da história, o “negro” converteu-se, em nossa era, na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos esse suporte da civilização moderna (Fernandes, 1965, p. 394).

Assim, para o autor, resolver a questão da desigualdade racial era o mínimo necessário que uma sociedade moderna precisava levar adiante para que fosse coerente considerar-se enquanto tal.

Conforme Arruda (1995), a preocupação de Fernandes com a questão do preconceito racial foi acentuada a partir de 1950, quando participou do projeto UNESCO, que objetivava realizar um amplo estudo sobre o comportamento racial no Brasil. Desse momento em diante, sua reflexão centrou-se no entendimento da experiência da escravidão na gênese e desenvolvimento da sociedade brasileira, situando a problemática, essencialmente, na passagem da sociedade tradicional para a sociedade de classe.

Arruda argumentou que o autor estava essencialmente preocupado com o fenômeno da “demora cultural”, quer dizer, com a persistência das relações arcaicas que preservaram grande parte do antigo arranjo racial. Para ele, na sociedade brasileira, havia, entre a ordem social competitiva que se formava e o sistema racial dominante, muito do legado cultural da sociedade escravista.

A compreensão da questão racial foi, para o pai da Sociologia brasileira, um dos temas centrais a partir do qual passou a entender diferentes formas de organização social no Brasil. De acordo com Arruda, a sua preocupação era com o fato de que

não se constitui no Brasil uma ordem burguesa aberta e democrática, como ocorreu em outros países, mas uma ordem burguesa enrijecida e tendente ao autoritarismo. Na gênese da sociedade de classes no Brasil imiscuem-se os traços do passado, dificultando a plena constituição da ordem social competitiva, apesar do paulatino movimento de integração... na história da formação da ordem competitiva estabeleceram-se descontinuidades... No interior dessa realidade contraditória, o encaminhamento da questão do negro é decisiva para fundamentar uma sociedade moderna e democrática (Arruda, 1995, p. 200).



Conforme analisado anteriormente, em Fernandes, a mentalidade preconceituosa em relação aos negros está diretamente relacionada ao fato dos mesmos terem sido integrados na condição de escravos no modo de produção colonial, bem como ao fato da estrutura econômica ter persistido escravista mesmo após a emancipação política do país. Para o sociólogo, portanto, estaria aí o suporte que condicionou o nascimento e a persistência do preconceito contra a “população de cor”. E o mesmo não será superado até que se eliminem as condições que o tornaram possível, qual seja, o tratamento de inferioridade dispensado as mulheres e aos homens negros.

A CONTEMPORANEIDADE DO PROBLEMA DO NEGRO, A LUZ DE FLORESTAN FERNANDES

Parte dos estudos sobre o tema do racismo, muitas vezes, deixam de lado a historicidade das desigualdades raciais. A pesquisa realizada, por exemplo, por Castro; Guimarães (1993) analisa o papel do mercado de trabalho e do cotidiano nos locais de trabalho na reprodução das desigualdades raciais. Os autores problematizam sobre as barreiras sociais que inviabilizam a mobilidade dos “pretos” enquanto obstáculos reproduzidos no ambiente de empresas, que se utilizam de práticas fundamentadas na discriminação racial. Todavia, eles não associam essas questões com a gênese do trabalho servil que foi constitutivo das referidas relações sociais discriminatórias.

De acordo com os autores, a capital da Bahia é a cidade brasileira com o maior número de negros, onde também se reelabora com mais intensidade os traços culturais ligados a “negritude”. No município, nos anos de 1970, a industrialização subsidiada pelo Estado representou novas oportunidades ocupacionais, com chance de mobilidade para os grupos pauperizados, predominantemente negros. Entretanto, persistiram fortes desigualdades, facilmente percebidas pelas trajetórias profissionais e de inserção ocupacional precarizada, o que significa dizer que “na moderna indústria baiana, é forte a seletividade dos indivíduos segundo as marcas da cor” (Castro; Guimarães, 1993, p. 25).

Além disso, conforme Castro; Guimarães (1993), os brancos ocupam as funções de comando e/ou têm a posse dos meios de produção. Eles estão nas atividades políticas, direção ou propriedade das empresas, nas profissões científicas ou técnicas, enquanto os negros, raramente, ocupam funções de supervisão do trabalho e são alocados,



majoritariamente, nas ocupações manuais de produção, principalmente naquelas que exigem força física.

Isso significa dizer que por intermédio de políticas de recrutamento, de gestão e de organização do trabalho, foram erguidas barreiras ao acesso de homens e mulheres de cor às posições socialmente valorizadas na atividade industrial de ponta. E que, portanto, as “marcas da cor” estigmatizam a inserção ocupacional desses trabalhadores.

Embora autores como Castro; Guimarães (1993) se ocupem da associação entre a “cor” dos sujeitos e sua posição social, não procuram relacionar o presente das relações raciais brasileira à sua origem na hierarquia estamental criada pela escravidão, o que coloca, precisamente, uma diferença fundamental em relação à obra de Florestan Fernandes, cujo acento está, justamente, em relacionar o racismo contemporâneo com a instituição do trabalho servil.

Em contrapartida, em pesquisa orientada por Fernandes, e realizada em Florianópolis/SC, por Ianni (1972), o interesse versou sobre a possibilidade de perceber a dispersão dos grupos raciais pelo espaço urbano, pontuando a questão da historicidade do racismo como base de análise.

O estudo procurou demonstrar que a grande maioria da população mulata e negra de Florianópolis, na fase de urbanização da cidade, acabou se concentrando nas periferias, bairros ou morros, junto com o restante das camadas pobres. Na medida em que iam se valorizando as áreas comerciais ou residenciais, essas populações foram sendo afastadas das zonas mais centrais.

A análise de Ianni (1972, p. 109) nega a hipótese da “luta pela elevação intelectual, como técnica segura de ascensão social e integração em grupos brancos”. Para ele, esse argumento se mostra uma falácia devido à ligação entre as desigualdades de classe e o fato de a maioria dos negros serem pobres.

Segundo Ianni, indo ao encontro de Fernandes, mesmo em situações de ascensão social as discriminações permanecem, pois “o preconceito racial não se confunde com o de classe. Se se confundisse, não teríamos as atitudes e comportamentos discriminatórios entre indivíduos pertencentes à mesma classe” (Ianni, 1972, p. 18).

Apesar dessa última reflexão, complementando sua teoria, o autor é categórico ao afirmar que:



as manifestações de preconceito, tais como as barreiras raciais, os estereótipos ou as ideologias raciais são fenômenos que exprimem situações reais de contato entre grupos diversos; mas elas não são inteligíveis a não ser quando a análise ultrapassa essas manifestações fenomênicas e atinge as suas raízes, que não são étnicas, raciais ou culturais, ainda que se expressem nessa esfera. Os dilemas gerados pela coexistência desses grupos no interior das nações não podem ser esclarecidos no âmbito das suas manifestações estritamente culturais, sociais ou demográficas. Eles somente podem ser compreendidos quando os analisamos no contexto das estruturas econômicas-sociais dominante: a formação da sociedade de classe (Ianni, 1972, p. 226).

A visão de Ianni postula que, para a compreensão das relações entre os homens na sociedade de classe, faz-se preciso levar em conta o modo de apropriação do produto do trabalho social e as formas de dominação e subordinação que a fundamentam. Como as esferas das relações de natureza raciais ou culturais não são autônomas torna-se fundamental considerar esses elementos estruturais em termos de totalidade social.

Portanto, para Ianni, bem como para Fernandes, o problema racial requer uma compreensão histórico-estrutural acerca das formas de dominação que se constituíram no Brasil, desde o sistema escravista. Assim, a questão chave é compreender de que maneira alteram-se a estrutura e o sentido do mercado de trabalho, acentuando-se as exigências da mão de obra livre.

No entendimento de Ianni e de Florestan, essa questão precisa ser devidamente compreendida para que os problemas raciais não fiquem restritos as relações entre raças. Também, para que a análise não se limite apenas às manifestações empíricas, aos estereótipos ou as ideologias, posto que é importante considerar que o fato de os grupos sociais estarem distribuídos assimetricamente na estrutura social, tanto em termos objetivos como simbólicos, está relacionado a acontecimentos históricos, sobretudo à violenta estrutura escravista construída desde a sociedade colonial.

Como Fernandes, Ianni considera que a estrutura das relações de poder raciais, tal qual está colocada na sociedade brasileira, dificulta a expansão de relações sociais de tipo democrática. Além disso, discriminando-se racialmente, os homens não percebem as verdadeiras tensões que os opõem enquanto membros de classes distintas.

Esse debate faz com que, ainda nos dias de hoje, as leituras de Ianni e de Fernandes ofereçam importantes elementos para discussão sobre o problema do negro no Brasil.



Especialmente com relação a Florestan Fernandes, vale lembrar que o autor é um dos pioneiros, entre os clássicos do pensamento social brasileiro, da crítica do “mito da democracia racial”, constituindo-se, assim, em um autor extremamente relevante quando a questão é analisar teoricamente as lutas políticas e sociais em torno da questão racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Florestan Fernandes o racismo não está simplesmente ligado à questão étnico-racial em si mesma, mas, sobretudo, ao fato de o negro ter sido integrado na condição de escravo na estrutura econômica social brasileira. A compreensão sobre o preconceito, portanto, precisa ser historicizada da colônia, passando pelo império, até o surgimento da Revolução Burguesa no Brasil.

Para Fernandes, a discriminação racial é um dos maiores obstáculos para consolidação da democracia no Brasil. Ele considera que sem a superação desse dilema dramático, não fará sentido falar em democracia social. Na sua perspectiva, o problema do negro estampa a fragilidade das instituições democráticas brasileira.

Considerando esses aspectos, faz-se fundamental a retomada do pensamento de autores como Florestan Fernandes. A compreensão e a luta pelo fim do preconceito racial podem encontrar contribuições sociológicas fundamentais nesse autor. Para ele, não há dicotomia entre uma mudança objetiva e outra subjetiva no que se refere às estruturas do preconceito. Tais processos ocorrem simultaneamente e, dessa forma, precisam ser concomitantemente superados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Maria. Dilema do Brasil Modernos: A Questão Racial na Obra de Florestan Fernandes. In: MAIO, Marcos; SANTOS, Ricardo (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 1995.

BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya Araújo. Desigualdade, discriminação e políticas públicas: uma análise a partir de setores selecionados da atividade produtiva no Brasil. In: *II International Conference Cebrap*. Sessão: Flexibilidade, segmentação e equidade. São Paulo, 2002.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005.



CASTRO, Nadya; GUIMARÃES, Antonio. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 24, 1993, pp. 23-60.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

_____. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. *Sociologia numa era da revolução social*. São Paulo: Nacional, 1963.

_____. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

Recebido em julho de 2014
Aprovado em setembro de 2014